

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXII | Nº 1375 | 08 a 22/08/2016

► Entreguismo

Liquigás deve ser o próximo patrimônio da Petrobrás a descer pelo ralo das privatizações

Mercadores da Petrobras esperam anunciar o comprador da Liquigas no próximo mês

A privatização da Petrobrás começa no poço de petróleo, vai até o posto de combustível, mas antes não deixa de passar pela cozinha da sua casa. Por debaixo dos panos e com muita pressa, a Petrobrás no governo interino de Michel Temer vai se desmanchando a partir da venda de importantes ativos de patrimônio.

Já foi privatizada a reserva de Carcará, área no pré-sal com pelo menos 700 milhões de barris, parte da Gaspetro e várias empresas da estatal brasileira no exterior. A próxima vítima é a Liquigás Distri-

buidora S.A, cujas negociações já estão em andamento e se forem concretizadas podem trazer grandes prejuízos aos consumidores. “Com a privatização da Liquigás, iremos correr o risco de ter um gás de cozinha mais caro, menos pessoas empregadas no setor de GLP, menos competitividade entre as empresas, podendo gerar a formação até de cartel”, disse Wagner Silva, diretor da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de São Paulo, durante debate na Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal.

O anúncio da venda despertou interesse das maiores distribuidoras de GLP do país. “A Liquigás é líder no mercado de botijões de 13kg, os mais usados nas residências brasileiras. Parece que só o



GÁS DE COZINHA Consumidores devem começar a sentir no bolso os prejuízos das privatizações

presidente da Petrobrás no governo interino, Pedro Parente, não tem interesse nessa subsidiária altamente lucrativa”, disse Mário Dal Zot, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina.

Concorrem na compra da Liquigás a Ultragas, do grupo Ultra, primeira no mercado nacional de GLP; e a Supergasbras, do grupo holandês SHV, a terceira maior no comércio de gás de cozinha no país. “O curioso é que o processo de venda da subsidiária tem a participação de executivos do Itaú, um dos donos do grupo Ultra. Ao que tudo indica, não teremos grandes surpresas no anúncio da empresa vencedora. De qualquer forma, a privatização é prejuízo certo para a população”, denunciou Mário.

A expectativa dos mercados da Petrobrás é que o comprador da Liquigás seja anunciado em setembro.

A empresa

A Liquigás emprega mais de 3 mil funcionários e lucrou R\$ 114,3 milhões em 2015. Está presente em 23 estados brasileiros (exceto Amazonas, Acre e Roraima). Fundada em 1953, foi adquirida pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR) em agosto de 2004 e, em novembro de 2012, após uma reorganização societária, passou a ser subsidiária direta da Petrobras S.A. O valor estimado pelo mercado para a venda da Liquigás está entre R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,5 bilhões.

Greve na BR Distribuidora

A partir da zero hora do dia 15, os trabalhadores da BR iniciam uma greve de cinco dias em diversas regiões do país, contra a privatização da subsidiária e o desmonte do Sistema Petrobrás. A abertura de 51% das ações ordinárias da BR irá entregar parte estratégica da companhia para o capital estrangeiro.

As ações com direito a voto vão ficar em sua maioria nas mãos do comprador. “Ele vai ter poder, inclusive, de optar por comprar derivados que não sejam refinados pela Petrobrás”, afirma Lígia Deslandes, presidenta do Sitramico-RJ, sindicato que representa a categoria no estado do Rio de Janeiro. Ela alerta que a venda da BR irá quebrar a integração do Sistema Petrobras, já que a subsidiária é a principal responsável pelo escoamento da produção.

A FUP e seus sindicatos filiados apoiam incondicionalmente a greve dos trabalhadores da BR.



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

► Organização Sindical

Seminário dos trabalhadores da Transpetro reafirmou a luta em defesa do Sistema Petrobrás integrado



LUTA Evento reuniu trabalhadores de todo país para definir estratégias de luta em defesa da Transpetro

Seminário construiu a Carta Compromisso com 13 tópicos de luta

Com o tema "Defender a Transpetro é defender a Petrobrás e o Brasil", os trabalhadores da empresa encerraram na manhã do dia 07 de agosto o II Seminário da Transpetro, com a elaboração da Carta de Compromisso de luta que será encaminhada para a categoria petroleira e a sociedade.

A Carta de Compromisso foi aprovada pelos representantes de diversos estados do país com 13 tópicos de luta, entre eles a defesa da Petrobrás Integrada e de todas as suas subsidiárias, a manutenção da Transpetro 100% Petrobrás, manter o Pré-Sal no Regime de Partilha e conscientizar os petroleiros da Transpetro sobre a importância de aumentar a sua participação nos Fóruns de Debate e nas direções dos Sindicatos, aumentando assim a força dessas entidades na luta pela Petrobrás Integrada.

Na Carta também ficou decidido que não será aceita a perda de nenhum direito dos trabalhadores, uma convocação de luta para manter viva a organização e a chama de resistência dos petroleiros, conforme deliberação da VI Plenafup. O documento prevê ainda uma campanha

sobre o orgulho de ser petroleiro e a manutenção da Mesa Unificada do Sistema Petrobrás nas negociações do Acordo Coletivo.

Evento reuniu durante três dias, em Salvador, cerca de 50 trabalhadores da subsidiária dos estados da Bahia, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará, Amazonas, Caxias, Rio Grande do Sul, Norte Fluminense, São Paulo e Espírito do Santo.

Na abertura, na noite do dia 05/08, os coordenadores da FUP e do Sindipetro Bahia, José Maria Rangel e Deyvid Bacelar, fizeram uma análise de conjuntura, destacando os ataques que a Petrobrás vem sofrendo e a desconstrução da imagem dessa grande companhia e de seus trabalhadores feita pela direita e pela mídia.

No dia seguinte, os participantes fizeram uma análise da greve de 2015, apontando erros e acertos do movimento com o objetivo de resgatar e avaliar a história para fundamentar e enriquecer as lutas

que estão para acontecer. Aconteceu ainda palestra sobre a "Importância Estratégica da Transpetro", proferida pelo economista do DIEESE, Cloviomar Cararine. O economista fez um relato da história da Transpetro desde a sua criação em 12 de junho de 1998 até hoje, citando dados financeiros e operacionais da empresa, que atua nas áreas de oleodutos e terminais, transporte marítimo e gás natural.

No segundo painel de debates, o assessor jurídico do Sindipetro Bahia, Clériston Bulhões, abordou a luta legal pela incorporação da Transpetro pela Petrobrás e discorreu sobre diversas possíveis ações que podem ser impetradas para barrar a venda da Transpetro.

O Sindipetro PR e SC enviou uma delegação de oito pessoas, sendo quatro do Paraná e outros quatro de Santa Catarina, entre dirigentes sindicais de base e trabalhadores das unidades da Transpetro dos dois estados.

Momento estratégico

O diretor do Sindipetro PR e SC André Luis dos Santos destacou a importância da realização do seminário nesse momento delicado, porém estratégico. "Tanto pela luta contra a ameaça de privatização da Transpetro, quanto pela proximidade da campanha do Acordo Coletivo de Trabalho. O seminário teve duas características marcantes, trabalhou a formação política dos participantes e a organização da categoria".

► Falência do Estado

Governo quer diminuir benefícios de afastados e aposentados por invalidez



TEMER Benesses aos ricos e miséria às classes baixas

O pacote de maldades do governo interino de Michel Temer parece não ter limites. Enquanto concedeu aumento de 41% para o Poder Judiciário, os cortes de orçamento seguem direcionados às classes mais pobres, justamente aquelas que mais precisam de direitos sociais.

As vítimas da vez são os segurados da Previdência Social que recebem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez há mais de dois anos. A portaria interministerial nº 127, publicada no Diário Oficial da União no último dia 05, determina que inválidos que não tenham completado 60 anos e afastados de qualquer idade devem ser convocados para uma revisão de seus benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com a normativa, o agendamento e a convocação para a revisão de auxílio-doença devem seguir os seguintes critérios:

- Benefícios concedidos sem a determinação da data de encerramento ou sem data de comprovação da incapacidade;
- Tempo de manutenção do benefício, do maior para o menor. Ou seja, serão chamados primeiramente aqueles que recebem o auxílio há mais tempo;
- Idade do segurado, da menor para a maior. Assim, os mais jovens deverão ser agendados e convocados primeiro.

Já no caso das aposentadorias por invalidez, a ordem de prioridade seguirá os parâmetros abaixo:

- Idade do segurado, da menor para a maior. Os mais jovens convocados antes;
- Tempo de manutenção do benefício, do maior para o menor. Aposentados que recebem benefício há mais tempo serão convocados antes dos demais.

As revisões dos benefícios dependerão do resultado da perícia médica. Os segurados que se enquadram nos critérios da portaria devem aguardar a convocação do INSS. "No governo Temer a política de gestão está tão definida quanto é injusta. Benesses aos ricos e miséria às classes baixas", criticou Antônio Carlos da Silva, coordenador da Secretaria de Aposentados e Previdência do Sindipetro PR e SC.

► **Previdência**

Plano Petros 1: balanço e possíveis formas de equacionamento

Participantes e patrocinadora deverão discutir soluções para o déficit apresentado

No dia 29 de julho, a Petros divulgou o demonstrativo contábil do exercício de 2015 do Plano Petros Sistema Petrobrás (PPSP), também conhecido como Plano Petros 1. De acordo com esse balanço apresentado, em 2015 o PPSP teve déficit atuarial de R\$ 16,416 bilhões, que, somados com os R\$ 6,2 bilhões deficitários de 2014, perfazem um déficit total de R\$ 22,6 bilhões.

A Resolução Nº 15 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), de 19 de novembro de 2014, regulamenta a solvência dos fundos de pensão. De acordo com a regra, o déficit do PPSP deverá ser equacionado parcialmente, em até 18 anos. Ainda segundo a resolução, dos R\$ 22,6 bilhões, cerca de R\$ 16 bilhões deverão ser equacionados. Esse valor será dividido paritariamente entre patrocinadora e participantes, ou seja, R\$ 8 bilhões para a Petrobrás e os outros R\$ 8 bilhões para os participantes.

Origem do déficit

O déficit do PPSP apresenta duas razões. A primeira é denominada “estrutural” e está relacionada a falhas no regulamento do plano. A outra é considerada “conjuntural” e diz respeito à conjuntura econômica atual. A Petros apresentou um quadro demonstrativo (ao lado) separando esses dois tipos de déficits.

Até 2014 o cálculo atuarial anual considerava uma suposta família padrão, com um homem casado com uma mulher com, no máximo, dez

anos mais jovem e mais dois filhos. A partir de 2015, passou-se a considerar para fins de cálculo atuarial uma família real, como é realmente a família dos 77.443 participantes beneficiários.

Também foram revisados

para 100% os benefícios dos participantes que estavam com sua renda (aposentadoria Petros + benefício INSS) limitada a 90% do teto do salário de participação, cujo valor limite (teto) é R\$ 15.500,00.

ESTRUTURAL	
Família real	- R\$ 5,191 bilhões
Retirada limite teto operacional 90%	- R\$ 3,404 bilhões
Ações judiciais	- R\$ 411 milhões
Alteração da premissa de Taxa de Juros* e outras atualizações	+ R\$ 1,341 bilhão

*Taxa de desconto utilizada para dimensionar o valor dos benefícios futuros na data presente.

CONJUNTURAL	
Alta da inflação	- R\$ 6,800 bilhões
Provisão Sete Brasil	- R\$ 1,569 bilhão
Desvalorização Litel (Vale)	- R\$ 711 milhões
Avaliação Invepar	- R\$ 406 milhões
Avaliação Norte Energia (Belo Monte)	- R\$ 468 milhões
Avaliação Letra Financeira de Santa Catarina	- R\$ 173 milhões
Desvalorização BRF	- R\$ 585 milhões
Valorização FIP Florestal (Eldorado)	+ R\$ 1,176 bilhão
Valorização JBS	+ R\$ 284 milhões
Resultado líquido dos demais investimentos	+ R\$ 501 milhões
RESULTADO 2015	- R\$ 16,416 bilhões

Contabilidade do PPSP ao longo do tempo

Para evitar especulações e apavoramentos, vale olhar a evolução contábil do Plano Petros 1 ao longo da sua existência. Pelo gráfico abaixo, verifica-se que na maior parte do tempo o PPSP operou com déficit matemático.

Também cabe salientar que não existe rombo na Petros como a grande mídia alardeia. O que existe é um déficit matemático no cálculo atuarial. O que isso quer dizer? Significa que se a Petros tivesse que pagar hoje as 77.443 pensões na sua integralidade, ou seja, o valor total que cada um tem direito de receber até morrer, calculando valor total do patrimônio da Petros (ações, imóveis, usinas, estacionamentos, shoppings, aeroportos, entre outros), faltariam R\$ 22,6 bilhões. Porém, a Petros, pela tábua biométrica (de mortalidade), deve pagar o último benefício em meados de 2060. Portanto, são 50 anos para se reestruturar.

No dia 01/06 deste ano, em Laguna (SC), o Sindipetro PR e SC e o Sindipetro-RS tiraram os indicativos de solicitar aos dirigentes da Petros um amplo debate sobre as variáveis que influenciaram os resultados da Petros e a transparência nas contas dos investimentos do fundo de pensão para que a categoria possa construir um plano de



Modos de recomposição do déficit

Existem três meios legais e possíveis para a recomposição do PPSP: aumento da contribuição normal, contribuição extraordinária ou via contribuição normal e extraordinária.

Aumento da contribuição normal

A recomposição é feita aumentando contribuição normal. Porém, nessa modalidade não contribuirão para a recomposição os aposentados por invalidez, as pensionistas e os que optaram pelo BPO que ainda não se aposentaram. Não contribuirão porque não é descontada a contribuição normal desses beneficiários. Isso implica em um percentual maior para os demais participantes. E mais, a contribuição normal só poderá ser reduzida se ocorrer um superávit acima de 25%.

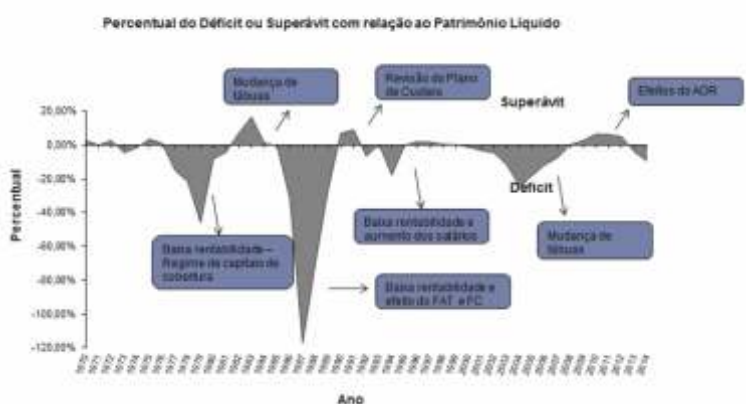
Contribuição extraordinária

Se for criada, além da contribuição normal, uma contribuição extraordinária, a mesma poderá ser suspensa quando for sanado o déficit e, como é extraordinária, os aposentados por invalidez, as pensionistas e os que optaram pelo BPO e que ainda não se aposentaram também contribuirão. Portanto, isso faz reduzir o percentual dos participantes para a recomposição do déficit.

Contribuição normal e extraordinária

Nessa composição de contribuições, a proposta é separar o déficit estrutural do conjuntural. No que é estrutural, aplica-se uma contribuição normal. Já no que é conjuntural, aplica-se uma contribuição extraordinária. Valem as mesmas observações sobre aposentados por invalidez, pensionistas e optantes de BPO feitas acima.

Evolução da situação financeira do PPSP



equacionamento que solucione os problemas que agora se apresentam. Foi indicado também que o equacionamento seja feito com a participação de ativos, aposentados e pensionistas, além de que o déficit seja resolvido por todos os participantes e patrocinadora através de contribuição extraordinária. O Sindipetro PR e SC iniciará a partir de setembro um amplo debate com os participantes do Plano Petros 1.

► **Entrevista: Márcio Ferracioli**

“Queremos conhecer os trabalhadores da Repar”

Projeto em parceria com a UFPR pretende identificar problemas e soluções para as condições de saúde na Repar

O Sindipetro PR e SC firmou parceria com o Centro de Psicologia Aplicada da UFPR no projeto-piloto “Promoção da Saúde do Trabalhador”. A intenção é aproximar a Academia da realidade dos trabalhadores para identificar problemas e necessidades da categoria petroleira com relação às suas condições de saúde, bem como buscar as soluções mais adequadas.

Para compreender mais sobre o projeto e sua operacionalização, o Jornal do Sindicato entrevistou o professor doutor Márcio Ferracioli, coordenador do projeto.

JS - Um grave problema presente em praticamente todas as unidades da Petrobrás é o baixo número de trabalhadores para patamares de produção em constante crescimento. O que o ritmo de trabalho intenso pode acarretar na saúde dos empregados?

Prof. Márcio - O ritmo de trabalho intenso, acompanhado por condições de trabalho precárias, seja na forma estrutural das condições de trabalho ou mesmo nas pressões e possíveis formas de assédio, podem gerar diversas formas de adoecimentos, tantos os de ordem

física como os de ordem psicológica. Deve-se considerar, também, que um problema físico pode gerar também sofrimento psicológico pelas consequências na vida pessoal e familiar. Entre os transtornos mais comuns, a depressão e o estresse são os que primeiros ocorrem. No entanto, até chegar ao diagnóstico, muito prejuízo pessoal ao trabalhador já pode ter sido estabelecido, seja nas relações pessoais e profissionais, além das familiares e conjugais.

JS - O projeto “Promoção da Saúde do Trabalhador”, o qual o senhor é coordenador, pretende elaborar e analisar o perfil dos trabalhadores da Repar. Qual será a metodologia de trabalho?

Prof. Márcio - Queremos conhecer os trabalhadores da Repar. Esse conhecimento deverá ocorrer de diferentes formas. Por meio de questionários, mas sem identificação para que o trabalhador não se sinta constrangido ou mesmo preocupado com sua exposição, seja para a empresa ou colegas. Através de atividades coletivas com estagiários e grupos de trabalhadores. Também vamos fazer atendimentos a trabalhadores em situação de afastamento ou

mesmo os que queiram ter um espaço de acolhimento onde a Psicologia poderá realizar atendimento individualizado. Esses atendimentos ocorrerão no Departamento de Psicologia da UFPR ou

mesmo no Sindicato. Ainda pretendemos acompanhar processos trabalhistas contra assédio moral, revisão de perícias, entre outros. Também queremos fazer acompanhamentos de trabalhadores que estão se preparando para a aposentadoria.

JS - Com os dados sobre a ambiência de trabalho na Repar em mãos, qual será o próximo passo do projeto?

Prof. Márcio - Todas as atividades serão transformadas em relatórios que servirão para subsidiar o Sindipetro na luta e enfrentamentos. Ocorrerão, também, espaços de debates sobre temas que sejam evidenciados nas intervenções. Garantimos que, embora os temas saíam das intervenções, em nenhum momento será exposto qualquer trabalhador. Estamos preocupados em contribuir no enfrentamento no que se refere à saúde sem gerar nenhum constrangimento por exposição da pessoa ou seu problema, a não ser que o trabalhador aceite que seu nome seja citado.

JS - Quais os benefícios que este projeto-piloto de parceria entre a UFPR e o Sindipetro pode trazer aos acadêmicos e também aos trabalhadores petroleiros?

Prof. Márcio - Aos acadêmicos, a oportunidade de conhecer e aprender sobre o universo de uma categoria. Além disso, poderão ser subsidiados no processo de compreensão do que é um Sindicato e sua função social, temas debatidos com ênfase no curso. Aprenderão, também, a ouvir os trabalhadores e verificar na prática como as condições de trabalho geram adoecimen-



Projeto
Promoção da

SAÚDE DO TRABALHADOR

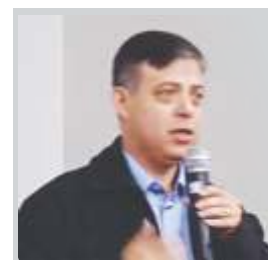


tos. Tudo isso sem culpabilizar o trabalhador ou limitar seu sofrimento a uma história singular, independente do trabalho.

Aos trabalhadores, a oportunidade de compreender o processo de adoecimento mental que muitas vezes é visto com preconceito, principalmente por colegas de trabalho que, muitas vezes, não sabem sobre o adoecimento mental. O adoecimento mental é visto com preconceito por aparecer de imediato uma mancha no corpo ou parte quebrada. Não consegue ser

visto em raio X ou tomografia. Como não tem doença aparente, muitas vezes o trabalhador não é compreendido e passa a sofrer humilhações, assédio, perseguições e mesmo abandono por colegas que acham que é falta de vontade, no caso da depressão, ou problema de personalidade, nos casos de estresse.

Além disso, o Sindicato, munido pelo subsídio da psicologia, poderá ser reforçado nos enfrentamentos das precariedades a que estão expostos diariamente muitos trabalhadores.



Márcio Ferracioli possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (1996), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2014). Coordenador do Curso de Pós-graduação (Lato sensu) em Psicologia Organizacional e do Trabalho no Departamento de Psicologia da UFPR, sendo professor efetivo no curso de graduação em Psicologia da mesma instituição.

